



Audiência inclui SC-447 entre as prioridades do governo

Vice-governador reconhece importância da obra e garante que governo vai buscar formas de viabilizá-la

Após receber abaixo-assinado, no último dia 3, reivindicando obras que concretizem a rodovia SC-447 – denominada de Rota do Desenvolvimento –, ligando Treviso a Lauro Müller, o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, disse que “o governo não vai medir esforços” para atender o pleito por tratar-se de investimento necessário para o desenvolvimento da região carbonífera.

O documento foi entregue em mãos pelo presidente da Assem-

bléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), depois da audiência pública que reuniu prefeitos, vereadores, lideranças empresariais, políticas e das comunidades dos municípios da região, e representantes do governo estadual. O encontro foi solicitado pelos oito parlamentares que representam o sul: deputados Valmir Comin (PP), Genésio Goulart (PMDB), Clésio Salvaro (PSDB), Joares Ponticelli (PP), Manoel Mota (PMDB), José Paulo Serafim (PT), Altair Guidi (sem partido) e o próprio Garcia.

Páginas centrais



Garcia e os outros parlamentares do sul entregam o abaixo-assinado a Pinho Moreira



(fotos Jonas Lemos Campos)

Sindicatos, associações e lideranças políticas estiveram presentes e assinaram documento reivindicatório

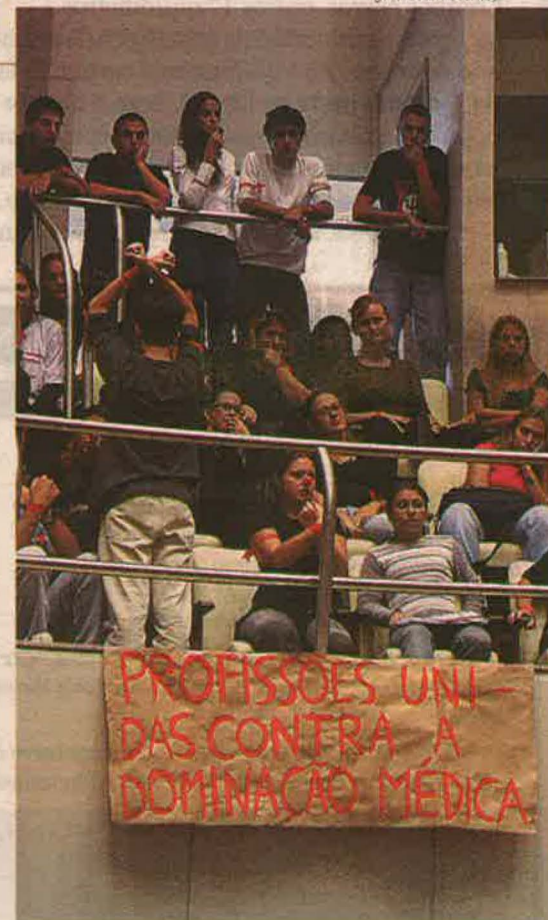
(foto Solon Soares)

Ato médico

Moção contrária à proposta é aprovada

Representantes das associações e conselhos regionais de 14 profissões vinculadas à área da Saúde participaram maciçamente de audiência pública no dia 2, e da apreciação pelo Plenário da moção subscrita por diversos parlamentares na tarde do dia 3. O projeto tramita no Senado há três anos e foi apresentado originalmente pelo ex-senador catarinense Geraldo Althoff (PFL) com o objetivo de regulamentar a profissão. No entanto, alguns pontos da proposta, conforme alegam as outras profissões, comprometem a integralidade do conceito de saúde.

Página 8



PROFISSOES UNIDAS CONTRA A DOMINAÇÃO MÉDICA

Polícia Militar recebe homenagem e entrega medalhas a parlamentares



(foto Eduardo Guichard de Oliveira)

Página 3

TV AL, direito dos catarinenses

A Comunicação Social é uma poderosa ferramenta da democracia. Mais eficiente se torna quanto maior o número de pessoas que atinge. Se nós, deputados estaduais, somos resultado de um processo democrático, e se esta Casa reúne os representantes do povo, com suas várias siglas partidárias e diferentes formas de pensamento, então nada mais lógico do que somar estes dois poderes - o da comunicação e o do voto -, para garantir à população toda a informação a que tem direito.

Este tem sido o meu esforço desde o início do ano, quando assumi a 4ª Secretaria da Casa. Durante alguns meses de 2004, o Legislativo catarinense chegou a ter um canal de televisão aberto, abrangendo os municípios da Região da Grande Florianópolis. Sua importância como veículo de comunicação de massa foi evidenciada quando a emissora voltou a ter seu sinal apenas para os assinantes de TV a cabo. Foram muitas as reclamações, pois para milhares de pessoas já havia virado hábito acompanhar as sessões plenárias, as atividades das comissões e os demais programas da TV AL.

É mínima a parcela de catarinenses que pode pagar para ver televisão. Segundo dados do Ministério das Comunicações, somente 20% dos brasileiros com acesso à televisão têm TV a cabo.

A vontade de todos não vale

Há alguns dias, estive em São José do Cerrito para prestigiar a Feira Agropecuária. Não posso dizer que saí contente daquela comunidade, depois de percorrer novamente o trecho da BR-282 que liga São José do Cerrito a Campos Novos.

Buracos, mato, lama, atoleiros. É difícil descrever as más condições de uma estrada que espera o asfaltamento há mais de 40 anos. Em alguns trechos, a rodovia parece ter preservado as condições de quando era rota de tropeiros, no início da colonização da região.

A parte não asfaltada da BR-282, no Planalto Serrano, está dividida em três trechos. O primeiro é de Lages a São José do Cerrito, onde faltam concluir 13 quilômetros. No segundo, entre São José do Cerrito e Vargem, são mais 53,4 quilômetros, e o terceiro, entre Vargem e Campos Novos, outros 17 quilômetros.

Nem a importância estratégica da rodovia, que com seus 653 quilômetros corta o Estado do Extremo-oeste ao Litoral, nem o clamor da população catarinense, que pede providências, parecem suficientes para sensibilizar o governo federal a considerar essa obra como urgente.

Em 1995, ficamos esperançosos quando

Diante disso, não é correto que nós, deputados, concordemos com mais esta forma de exclusão.

Não há qualquer ilegalidade na manutenção da TV AL como emissora de canal aberto. O que ocorre é uma confusão, gerada pelo texto do decreto que rege o assunto e que diz que cabe ao Estado o direito a este tipo de canal. O Estado é composto pelos Três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário! E, entre estes, qual tem maior representatividade popular se não o Legislativo?

Numa entrevista recente, o ministro das Comunicações, Eunício de Oliveira, reconheceu que as TVs legislativas como canais abertos são ferramenta essencial para garantir transparência ao poder. Ele assumiu o compromisso de logo garantir a transmissão dos atos das assembleias legislativas em TV aberta, afirmando que, para isso, basta o Executivo de cada Estado solicitar a concessão. É só o que nós, da Alesc, precisamos, uma vez que os equipamentos estão comprados e já estiveram em funcionamento, com excelente qualidade de transmissão. Assim, quando voltar ao ar, a TV AL vai novamente poder ser assistida pela população da Grande Florianópolis e também pelos moradores das regiões de Blumenau, Itajaí, Curitiba, Lages e Joinville.

Deputado José Paulo Serafim (PT)

o governador Paulo Afonso solicitou ao governo federal que o trecho de São José do Cerrito a Lages fosse delegado ao Estado. No ano seguinte, a pavimentação foi iniciada e, em 18 meses, 14 quilômetros foram asfaltados com recursos estaduais. Em tempo semelhante, o governo seguinte executou 1,5 quilômetro e devolveu a obra ao governo federal. No trecho entre São José do Cerrito e Vargem, irregularidades detectadas pelo Tribunal de Contas da União provocaram a paralisação das obras, e desde então esperamos pela retomada.

No dia 13 de maio, a população finalmente receberá informações sobre o andamento das obras da rodovia. Com o objetivo de prestar esclarecimentos à população, o Ministério Público Federal, em colaboração com a Assembleia Legislativa, vai realizar audiência pública no município de Lages. A imprensa já denunciou a inaceitável situação de tráfego da rodovia. Deputados federais e estaduais estão unidos, há anos, em um movimento suprapartidário pela solução do problema. Prefeitos, vereadores, lideranças comunitárias se somam a esta corrente. O que é preciso fazer para convencer que a pavimentação da BR-282 é prioridade?

Deputado Romildo Titon (PMDB)

Alemanha e Portugal visitam Alesc

Representantes diplomáticos dos governos alemão e português visitaram oficialmente o Parlamento catarinense durante a semana. A instalação de um Fórum Itinerante da Etnia Alemã e a promoção de intercâmbio entre o Parlamento catarinense e os parlamentos estaduais da República Federativa da Alemanha foi discutida na manhã de terça-feira (3) em visita do cônsul geral da Alemanha no Brasil, Hans Dietrich Birnhard, e do cônsul honorário daquele país em Santa Catarina, Hans Prayon, à Assembleia.

Eles foram recebidos pelo vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), e

pela deputada Simone Schramm (PMDB), que presidirá o Fórum, a ser instalado inicialmente em São Pedro de Alcântara, município da Grande Florianópolis que foi a primeira colônia alemã do Estado.

Na quarta-feira (4), a cônsul de Portugal, Patrícia Carla Dourado Gaspar, acompanhada do cônsul honorário daquele país em Florianópolis, João Lupi, foram recebidos pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL). A cônsul está no Brasil desde janeiro deste ano e esta foi a primeira visita a Santa Catarina para fazer contatos com autoridades e empresários e conhecer os interesses da indústria local. (MOR/SD)

Agenda

Dia 9, 16h - Sessão solene em homenagem aos ex-combatentes da FEB (Força Expedicionária Brasileira), na passagem dos 60 anos do término da Segunda Guerra Mundial

Local: Plenário

Dia 10, 9h - Comissão de Justiça - Audiência pública para tratar dos temas relacionados à Defensoria Pública

Local: Plenário

Dia 10, 19h - Lançamento do livro de poesias *Sedução*, de Leatrice Moellmann

Local: Hall da Assembleia Legislativa

Dia 11, 20h - Sessão solene em homenagem ao BAC (Bígia Atlético Clube), na passagem dos 50 anos de fundação, e o lançamento do livro *BAC 50 anos*, de autoria de José Elias Rodrigues

Local: Plenário

Dia 12, 18h - Sessão solene em homenagem aos 50 anos de fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina e lançamento do livro *Jornalismo em Perspectiva*, organizado pelos professores Rogério Christofolletti e Maria José Baldessar

Local: Plenário

O Leitor

leitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Djalma Berger (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortega Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanies, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, e Vitor Santos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Impressão: Diário Catarinense

PM recebe homenagem em seus 170 anos

(foto Jonas Lemos Campos)



O comandante Knihs entre os deputados Blasi e Agostini

Os 170 anos da Polícia Militar foram comemorados pela Assembleia Legislativa, em sessão solene realizada na noite de segunda-feira (2), por proposição do deputado Onofre Agostini (PFL). A sessão, conduzida pelo presidente da Alesc, deputado Júlio Garcia (PFL) - que desejou a continuidade do sucesso nas ações e exemplos prestados pela PM -, teve a presença de autoridades estaduais, militares da ativa e reserva, convidados, além do deputado João Henrique Blasi (PMDB), que já exerceu o cargo de secretário da Segurança Pública.

O comandante-geral da PM, coronel Bruno Knihs, recebeu placa comemorativa dos 170 anos, diante de representantes das diversas atividades desenvolvidas pela corporação: Colégio Policial Militar; cadetes da PM, policiamento ostensivo, de motocicleta, de cavalaria, rodoviário, ambiental, feminino, operações especiais, grupamento

aéreo e serviço de saúde.

Autor da proposição, Agostini destacou que a Polícia Militar - fundada oficialmente no dia 5 de maio de 1835 -, vem ao longo dos anos desenvolvendo atividades voltadas para a segurança das comunidades, mantendo a ordem pública e garantindo o exercício dos poderes constituídos, através da execução do policiamento ostensivo em diversas áreas. Onofre fez menção ainda aos talentos esportivos revelados na Corporação e à Banda da PM, conhecida como "Piano Catarinense", com 112 anos de atividade e tem proporcionado a beleza e a harmonia da música em todos os eventos de que participa. Ao longo destes 170 anos, a PM teve em suas fileiras o Corpo de Bombeiros, importante órgão público, hoje separado administrativamente.

O coronel Bruno Knihs

declarou que o orgulho pela comemoração dos 170 anos é acompanhado de um grande sentimento de responsabilidade para a continuidade de um bom trabalho em prol da ordem pública e da segurança dos cidadãos. Knihs anunciou a implantação de um novo projeto,

com o foco na prevenção. Ele defende que, em uma era de recursos escassos, a prevenção à violência e à criminalidade assegura um resultado eficaz a um baixo custo. Programas como o de Polícia Comunitária devem ser cada vez mais incentivados e aperfeiçoados.

Efetivo - A Polícia Militar tem um efetivo de 11.700 homens e mulheres, a maioria com formação escolar de ensino médio, incentivando ainda o efetivo a obter formação em cursos superiores em áreas voltadas para a execução de suas atribuições, trazendo assim uma melhor capacitação profissional. Segundo Agostini, recente pesquisa aponta que a PM possui um índice invejável de capacitação e envolvimento com a atividade que exerce.

Além da constatação desse potencial no desenvolvimento de programas como Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), que atua na prevenção e orientação sobre o uso de drogas por crianças e adolescentes e Polícia Comunitária. Já foram formadas 370 mil crianças pelo Proerd e constituídos 199 conselhos de Segurança Comunitária em 99 municípios do Estado, iniciativa que vem proporcionando uma segurança efetiva para os catarinenses com a participação direta das comunidades envolvidas. (SD)

Garcia promulga leis

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Júlio Garcia (PFL), promulgou duas leis na tarde de segunda-feira (2). Ambas tiveram os vetos governamentais derrubados. A Lei nº 13.348, que estabelece condições de estacionamento em shopping centers, supermercados e agências bancárias, terá efeito após sua publicação no *Diário Oficial do Estado*. "Considero esta lei uma intromissão no gerenciamento do setor privado", fez questão de registrar o presidente.

De autoria do deputado Valmir Comin (PP), a nova lei isenta os usuários do pagamento de estacionamento em shoppings quando da permanência por período igual ou inferior a 90 minutos. Essa isenção está condicionada à apresentação, na saída do estacionamento, de cupom fiscal de compra de mercadoria ou serviço em valor igual ou superior a 10 vezes o valor da taxa cobrada por hora nos estacionamentos. A medida vale para estacionamentos próprios ou terceirizados. A proposta de Comin foi aprovada no dia 14 de dezembro de 2004, mas foi vetada pelo governador do Estado em 20 de janeiro de 2005. No dia 19 de abril, o Parlamento derrubou o veto.

O superintendente do Beiramar Shopping, em Florianópolis, Antônio Carlos Scherer, adiantou

que os administradores de shopping centers vão questionar a lei na Justiça. Assim como avaliou o governo, quando da oposição do veto, eles a consideram inconstitucional, pois interfere no direito de propriedade e ações que tratam de legislação civil e comercial são privativas da União. "Os advogados vão se reunir e definir as medidas jurídicas, mas enquanto isso a lei será cumprida", afirma. O presidente da Associação dos Lojistas do Beiramar Shopping, João Carlos Ribeiro, acredita que a medida irá criar uma certa dificuldade aos lojistas que correm o risco de terem o espaço reservado para os clientes transformado em simples estacionamento.

Teste - O governo tem 60 dias para regulamentar a Lei nº 13.345, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), que obriga as maternidades e estabelecimentos hospitalares de Santa Catarina a realizar o exame clínico de catarata congênita em recém-nascidos. O teste do olho deverá ser feito pela técnica conhecida como "reflexo vermelho" e aplicado sob a responsabilidade do pediatra da unidade. Quando detectada a catarata, os pacientes serão encaminhados à cirurgia num prazo máximo de 30 dias. O governo estadual, pela lei, está autorizado a aplicar recursos do Fundo Estadual de Saúde. (SD)

Polícia Militar entrega medalhas a parlamentares

(fotos Jonas Lemos Campos)



Julio Garcia recebe a medalha de agradecimento

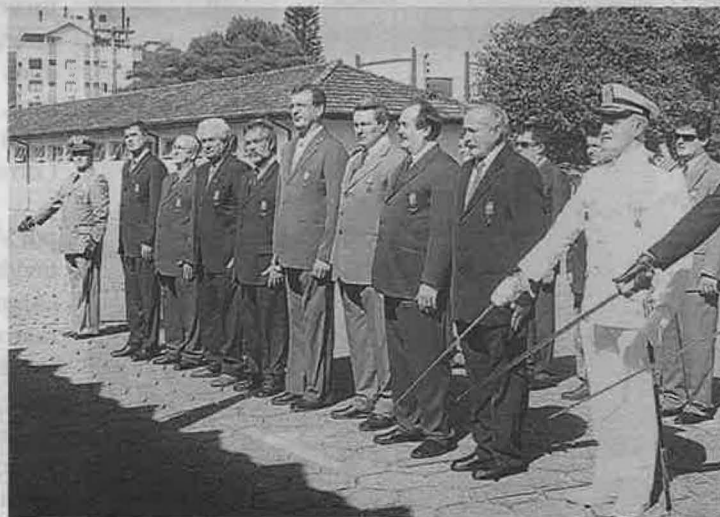
Na quinta-feira, 5, em solenidade realizada no Centro de Ensino da PM, em Florianópolis, foram concedidas à instituições, autoridades civis e militares, medalhas comemorativas alusivas à data, como forma de agradecimento pela contribuição ao sucesso da Polícia Militar desde sua fundação, em 5 de maio de 1835, por Feliciano Nunes Pires.

Pela Assembleia Legislativa foram agraciados o pre-

sidente da Casa, deputado Júlio Garcia (PFL), os líderes de bancada, deputados Paulo Eccel (PT), Antônio Ceron (PFL) e Nar-

cizo Parisotto (PTB), o líder de governo, João Henrique Blasi (PMDB), e o deputado Onofre Agostini (PFL), autor de requerimento para a sessão solene que prestou a homenagem do Parlamento. Também esteve presente o deputado Rogério Mendonça Peninha (PMDB).

Na mesma oportunidade foram promovidos 588 policiais militares, entre oficiais e praças que tiveram suas novas insígnias entregues por familiares, acompanhados pelo governador Luiz Henrique da Silveira e pelo comandante geral da Corporação, coronel Bruno Knihs. Segundo o comandante, esta foi a maior promoção em termos quantitativos da história da instituição. Ele também destacou como meta a execução de um plano estratégico focado na prevenção, apresentando as 10 diretrizes básicas da Polícia Militar. (SD)



Deputados Onofre, Parisotto, Ceron, Eccel e João Henrique Blasi

Ilhas costeiras

Senado aprova PEC regularizando terrenos

Magda Audrey Pamplona

Depois de anos de muita mobilização, foi aprovada pelo Senado, no último dia 26, a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) nº 15/04, que permite a regularização dos terrenos de posse nas ilhas costeiras que abriguem sede de municípios. De autoria do deputado federal Edison Andrino (PMDB/SC), a emenda à Constituição Federal beneficia aqueles que têm terrenos de posse nas ilhas de Santa Catarina e de São Francisco do Sul, por exemplo, que poderão obter escritura pública.

“Essa emenda não vai mudar a ocupação da Ilha de Santa Catarina, o que muda é que as pessoas vão poder ter a escritura das suas propriedades”, explica o deputado, lembrando que os terrenos de posse geralmente são desvalorizados por causa da falta de documentação. Em entrevista coletiva, no dia 28, na Assembléia Legislativa, ele afirmou que só tem escritura pública nessas regiões quem a obteve antes da promulgação da Constituição de 1988. O inciso IV, do Artigo nº 20 da Constituição, determina que são de posse da União as ilhas oceânicas e costeiras, se não pertencerem, por outro título, a Estado ou particular. Para obter escritura de terreno, o proprietário deve provar que mora no local ou faz uso do



Deputado federal Edison Andrino, durante coletiva à imprensa na Alesc

terreno há pelo menos 10 anos. Caso tenha comprado o terreno há apenas dois meses, por exemplo, pode somar o tempo de posse de proprietários anteriores. Sobre a possibilidade de posseiros invadirem terras e depois solicitarem a escritura, o deputado garante que isso dificilmente acontecerá, porque é a Justiça que determina o usucapião da terra através das provas apresentados pelo proprietário.

Em 1998, o Congresso editou uma Medida Provisória que autorizava a venda das terras da União, tanto

os terrenos de marinha (os localizados à beira-mar), quanto os demais. “Fizemos emenda a esta MP, em que tiramos dessa venda os terrenos que não fossem os de Marinha”, declarou Andrino. “Mas a solução definitiva só viria com uma emenda constitucional. Agora a União não pode mais vender esses terrenos”, comemorou.

Confira ao lado os principais trechos da entrevista do parlamentar sobre os encaminhamentos a partir da promulgação da emenda, marcada para acontecer no próximo dia 11 de maio:

Sobre a obtenção da escritura:

“As pessoas não precisam sair correndo querendo legalizar logo. Hoje a situação é tranquila. Ou seja, o terreno deixou de ser da União, para ficar com a pessoa que ocupa o imóvel. Então as pessoas têm que ter tranquilidade para procurar um advogado. Se puder fazer isso agora, tudo bem, se não puder, pode deixar mais para a frente. As pessoas que têm terrenos de posse também podem se reunir através de associações de moradores para poder entrar com uma ação coletiva.”

Sobre os terrenos de Marinha:

“A nossa luta continua agora nas questões dos terrenos de Marinha. Esses terrenos são os localizados a uma distância de 33 metros da beira da praia em diante, bem como das beiras de lagos, lagoas e rios que sofram influência de maré. Lei aprovada no Congresso em 1998, com meu voto contra, autoriza o governo a vender todos os terrenos de Marinha. Isso atinge o litoral inteiro do Brasil. A União detém hoje mais de 5 milhões desse tipo de área. E não tem sentido a União ser proprietária dessas áreas. Cobra uma taxa de ocupação exorbitante, além do IPTU que as pessoas têm que pagar às prefeituras. Essa é uma luta que estamos travando no Congresso Nacional, onde também, por outro lado, a União não pode abrir mão sem mais nem menos dessas propriedades, mas nós queremos que seja feita de uma maneira racional.”

Mercosul

Encontro reforça apoio à criação do corredor bioceânico

Reunidos durante dois dias – 28 e 29 de abril -, representantes parlamentares, técnicos e autoridades do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai reforçaram o apoio à concretização do corredor ligando a costa brasileira, no Oceano Atlântico, ao Chile, no Pacífico, durante o IV Fórum do Corredor Bioceânico Central. Paralelamente, foram realizados o 1º Seminário sobre Recursos Hídricos do Mercosul – Aquífero Guarani e o 1º Encontro de Universidades do Mercosul.

Na abertura do evento, o deputado Celestino Secco (PP), presidente da UPM (União de Parlamentares do Mercosul) e representando todos os integrantes do IV Fórum, entregou placa ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), em agradecimento ao apoio e viabilização do encontro. Estavam na cerimônia de abertura o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), presidente da Comissão de Relacionamento Institucional, Comuni-

(foto Jonas Lemos Campos)

cação e do Mercosul, o Intendente da 5ª Região Administrativa do Chile (correspondente no Brasil a governador de Estado), Luis Guastavino Córdova, o deputado nacional do Paraguai, Victor Encina, a senadora argentina e vice-presidente da UPM para a Argentina, Graciela de Leo, e o edil departamental do Uruguai, Santiago Unaniam. Todos ressaltaram que o produto final dos fóruns é o encontro de caminhos adequados para que os países integrantes do Mercosul superem os obstáculos econômicos, sociais e de preservação do meio ambiente. Luiz Córdova, logo após a solenidade de abertura, apresentou o site do Comitê Coordenador do Corredor Bioceânico Central.

Os Fóruns já passaram por Valparaíso (Chile), Montevideu (Uruguai) e Córdoba (Argentina). O V Fórum foi marcado para acontecer novamente no Chile, em Valparaíso, no primeiro trimestre do próximo ano. Confira os principais pontos do documento final do encontro, a Carta de Florianópolis.

Principais pontos da Carta de Florianópolis

Assinam representantes de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, pelo Brasil; as Províncias de Santa Fé, Entre Rios, Córdoba, São Luiz e Mendoza, da Argentina; Junta Departamental de Montevideu, do Uruguai, e a região de Valparaíso, no Chile:

1. Manifestar profunda alegria pela presença da delegação do Paraguai;
2. Saudar e agradecer a vontade formalmente expressa da Junta Departamental de Canelones, da República Oriental do Uruguai e da Província de Misiones, República Argentina, por solicitarem seus ingressos como membros plenos do Fórum do Corredor Bioceânico Central;
3. Realizar durante o segundo semestre, a 4ª Reunião do Comitê Coordenador do Fórum na República do Paraguai, com o propósito de constatar o que foi realizado, ajustar critérios e propor pautas de trabalho objetivando a realização do V Fórum do Corredor Bioceânico e expressar agradecimento pela presença e participação da representação da Arco Latino, associação de regiões da Europa que possuem objetivos similares aos do Fórum do Corredor.



Deputado Celestino Secco recebe homenagem dos representantes do Mercosul

Livro expõe a violência e a realidade brasileiras

Graziela May Pereira

Um livro, três autores e uma pergunta: qual a saída para a violência no país?

Para traçar um painel realista sobre a violência no Brasil, um antropólogo, Luís Eduardo Soares; um rapper, MV Bill e um empresário, Celso Athayde, se encontraram para escrever e relatar a realidade brasileira. Foi então que surgiu o livro *Cabeça de Porco*.

Conforme o dicionário Aurélio, cabeça-de-porco significa cortiço, casa com muitos cômodos, devido ao famoso Cabeça de Porco, um dos mais famosos cortiços, do Rio de Janeiro, derrubado no final do século XIX, numa ação comandada pela prefeitura e pela força policial.

"O Brasil é uma grande cabeça-de-porco", disse o rapper em sua entrevista concedida à imprensa nesta semana para o lançamento nacional do livro. Florianópolis foi escolhida para o lançamento por ser um dos nove estados brasileiros envolvidos na pesquisa.

O livro é o resultado de entrevistas e filmagens feitas por MV Bill e seu empresário, Celso Athayde, nos últimos sete anos, em favelas de nove estados brasi-

leiros. Saber sobre crianças e jovens que vivem no mundo do crime e suas razões foi o principal propósito da pesquisa. Depois disso, o antropólogo Luís Eduardo Soares juntou-se ao projeto com textos etnográficos sobre juventude, violência e polícia. "Vim de uma família de classe média, a minha realidade era outra. Foi então que decidi pesquisar sobre a juventude menos abastada. A partir disso tive um outro olhar sobre o país. Descubri uma aquarela do Brasil em preto e branco", disse Soares.

O antropólogo ainda afirmou que não queria fazer um livro sobre a morte, o crime e a violência e sim um livro sobre a vida, sobre a esperança e para ser usado a serviço da construção de saídas. Conforme ele explicou, o livro nada mais é do que um retrato do Brasil. Por ano, no Brasil, são mais de 45 mil mortes por homicídio. Entre essas vítimas,

a maioria entre 15 e 25 anos é do sexo masculino, negros e moradores da periferia. "São cenas que acontecem em todos os cantos do país e que levam à morte precoce e cruel de milhares de jovens brasileiros. Se formos realizar uma pesquisa demográfica, vamos perceber o déficit na sociedade masculina no Brasil. É um genocídio, uma insanidade coletiva paga em vidas."



Luís Eduardo Soares

Na busca por saídas

O rapper MV Bill concorda com o antropólogo e diz que o principal objetivo do livro é apontar saídas e mostrar que há razões para a esperança. "Há possibilidades para a mudança que não dependem só do governo, mas de toda a sociedade que cada vez mais contribui com a violência. Digo isso porque ela marginaliza a periferia quando blinda carros, se tranca em casa e pede uma polícia mais branda. Para muitos, é melhor que a violência não saia da favela. Não estamos defendendo ou exaltando o bandido no livro. Queremos transformá-lo em gente".

Bill ainda falou que a maioria dos jovens das favelas tem fome de reconhecimento e de realização. "Estamos cansados de ser invisíveis. A arma e a violência são um pedido de socorro. O espelho do jovem é quem está mais próximo. E o que está mais próximo dele na favela é o desempregado, o alcoólatra, o traficante. Dentro desse leque de opções, o cri-



O rapper MV Bill

me surge como a opção mais rápida de dinheiro e reconhecimento. Nas minhas andanças, eu percebi que a mesma droga que traz a tragédia para algumas famílias também é a forma de sustento de outras", completou.

Quando questionados sobre a cura para a violência, MV Bill foi enfático ao dizer que para diminuir ou até acabar com a violência é preciso principalmente humildade. "Não prego o hip hop

como a única saída. Sozinho ele não salva ninguém. Acredito na cidadania, na oportunidade e principalmente na educação. É um trabalho que exige uma grande dose de humildade e muita vontade. Quando criamos a CUFA (Central Única das Favelas) pensamos em oferecer uma saída para esses jovens (veja box). Não salvamos nin-

guém. Só passamos informação e cada um a usa como quer".

Soares concorda com as palavras do rapper e ainda completa: "A situação é a mesma em qualquer lugar. O que muda são os lugares. Quando a sociedade nega uma chance a esses jovens está negando a vida. Está cometendo um assassinato. O caminho não é o da criminalização. A mudança tem que ser sempre uma possibilidade".

União de esforços

O CUFA (Central Única das Favelas) surgiu como resultado direto da união de associações e lideranças comunitárias, artistas, sambistas e trabalhadores, e desta idéia; a CUFA atua em diferentes áreas, abrangendo diversas comunidades que se reúnem em torno de um "corpus" principal, que é a CUFA em si, unindo comunidades para o desenvolvimento conjunto de projetos dos mais diversos perfis no intuito de valorizar não só as comunidades, mas cada indivíduo que nelas esteja.

Tem como objetivo desenvolver e promover ativida-

des com as comunidades carentes nos campos da educação, cultura, cidadania e desenvolvimento humano em prol da melhoria da qualidade de vida; capacitar os jovens dessas comunidades com cursos de: djs, graffiti, dança, canto, operador de áudio visual, assim como promover debates, mesas-redondas e congressos; promover, produzir, veicular e distribuir a cultura hip hop, nas formas de publicações, discos, vídeos, shows, programas de rádio, concursos, festivais, oficinas de arte, exposições, grifes e outros meios. Este ano, o projeto será apoiado pela Unesco.

Escola do Legislativo

Encontro destina-se à formação de agentes políticos

O I Programa Nacional de Formação de Agentes Políticos, promovido pela Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo e do Programa Interlegis, do Senado, reuniu nesta quinta (5) e sexta-feira (6), mais de 500 pessoas no auditório do Tribunal de Justiça, em Florianópolis. Os deputados Julio Garcia (PFL), presidente da Casa, e Celestino Secco (PP), presidente da Escola, após a apresentação do Coral da Alesc, fizeram a abertura oficial do evento e assinaram vários Protocolos de Intenções com institutos, universidades, órgãos governamentais e não-governamentais objetivando promover a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências. O apoio ao evento é da ABEL (Associação Brasileira das Escolas do Legislativo), do ILB (Instituto Legislativo Brasileiro), Senado Federal e da Unilegis (Universidade do Legislativo).

O primeiro painel apresentado abordou o "Programa Interlegis, Instituto Legislativo Brasileiro e a Experiência da Associação Brasileira

das Escolas do Legislativo", com Márcio S. Leão Marques, diretor executivo do Programa Interlegis e Florian Augusto Madruga, diretor do ILB e presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo. Em seguida, houve debate sobre o tema "Orçamento Público", com o palestrante Raphael Olivé, administrador e contador público, especialista em gestão e políticas públicas, consultor da ALMG e professor da Escola do Legislativo de Minas Gerais. "Ética e Política" foi o assunto de Ludovikus Moreira, formado em Filosofia pela UFMG, com especialização em Ética e também professor da Escola de Minas. Por último, o painel "Experiências e Projetos Desenvolvidos por Câmaras Municipais" foi o tema abordado pelos vereadores Rui Mendonça, presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina, Rogélio Barchetti Urreia, ex-presidente da Câmara Municipal de Avaré (SP) e vice-presidente da União de Vereadores de São Paulo, e Valério A. Leite, ex-presidente da Câmara Municipal de Triunfo (PE) e diretor da União de Vereadores de Pernambuco.

Movimento suprapartidário di

Carlos Agne

Um grande passo para a realização de um sonho e concretização de uma antiga reivindicação da região carbonífera, a implantação e pavimentação da SC-447, a rodovia da Rota do Desenvolvimento, que liga os municípios de Treviso e Lauro Müller, foi dado na manhã de terça-feira (3), com a realização de audiência pública proposta pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL).

Com as galerias do Plenário repletas de faixas e a presença maciça de lideranças políticas, empresários e sociedade civil organizada da região, os participantes assinaram um documento que, logo após o evento, foi entregue em mãos ao vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, fortalecendo ainda mais o movimento reivindicatório.

Oswaldo Kogure, da Prosul, empresa autora do projeto da SC-447, apresentou as várias etapas que envolverão a concretização da obra da estrada, que cruza os municípios de Nova Venéza e Siderópolis, com 17,5 quilômetros de extensão, estimada em R\$ 21,8 milhões e que vai beneficiar cerca de 70 mil habitantes da região carbonífera. "Nosso pequeno município, com cerca de 157 quilômetros quadrados e com uma população de 3.500 habitantes, tem uma característica diferente de mui-

tos outros, pois metade da população vive na área urbana e a outra metade na área rural." Para ele, o pleito justifica-se por diversas razões.

Alavanca - "Se analisarmos o movimento de tráfego, verificaremos mais de 350 viagens dos caminhões que transportam carvão mineral, sem falar no escoamento agrícola e na argila para empresas cerâmicas, no transporte intermunicipal, no transporte de estudantes e também aqueles que, de uma forma ou de outra, circulam entre os municípios e localidades da região. E Treviso só tem uma ligação asfáltica, de fim de linha, e isso tem produzido prejuízos enormes para a sua economia. Com essa nova rodovia, com certeza, teremos condições de atrair novos empreendedores", relacionou a prefeita de Treviso, Lúcia Cimolin (PMDB).

O prefeito de Lauro Müller, Nestor Spricigo (PMDB), destacou a viabilidade econômica da rodovia, pois além de encurtar em 20 quilômetros o trecho até Criciúma, diminuiria sensivelmente o

tráfego pela SC-446. Além disso, apresenta um grande potencial turístico, com suas belezas naturais, possibilitando o incremento da atividade da indústria sem chaminés na região.

Levantando a bandeira de que a concretização dessa obra se tornará uma alavanca direcionada ao desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população, também os vereadores Paulo César Antunes e Manoel Jades Izidoro, de Lauro Müller, e Marcos Cesconetto, de

Treviso não têm dúvidas sobre a viabilidade da inclusão do projeto no financiamento do BID IV, que fomentará o potencial de desenvolvimento turístico, encurtando distâncias e possibilitando o escoamento da produção agrícola e das empresas. Todos destacaram a instalação da Usitesc (Indústria Termoelétrica do Sul Catarinense) na região onde pretendem implantar a rodovia, com investimentos de mais de R\$ 500 milhões, que também impulsionará o desenvolvimento, principalmente dos municípios servidos pela SC-447.



Garcia, ao microfone, durante a audiência que reuniu diversas lideranças da região

Mobiliz

A realização da audiência e a mobilização para conseguir concretizar a obra, é iniciativa da bancada do Sul, que conta com oito parlamentares. O movimento para incluir a obra no financiamento de rodovias pelo projeto BID IV, com recursos do Fundo Social e da CIDE, é suprapartidário e envolve oito deputados do Sul", explicou, referindo-se aos deputados Altair Guidi (sem partido), Carlos Ponticelli (PP), Manoel Mota (PMDB), Genésio Goulart (PMDB), José Paulo Serafim (PT), Valmir Comin (PP), Carlos Salvaro (PSDB), além do próprio presidente.

"Muito se fala na poluição que o carvão deixou no sul, mas vale a pena ressaltar que, se fossem esses empresários, a região não teria se desenvolvido dessa forma como desenvolveu. Temos certeza de que nosso governo não medirá esforços para que esse sonho se torne realidade, contribuindo para o turismo integrado entre o mar e a serra", argumentou o deputado Manoel Mota. O deputado Valmir Comin (PP) lembrou que a inclusão dessa rodovia no BID IV foi tentada em 2001, mas não foi contemplada e admite que isso aconteceu através de uma mobilização da sociedade civil, com a comunidade elegendo a obra como principal prioridade numa lista suprapartidária. "Com essa comunidade, poderemos ver a nossa cultura transpolenteira se desenvolvendo", afirmou.

Governo admite início de obra

O secretário de Desenvolvimento e Infra-estrutura, Mauro Mariani (PMDB), reconhece que a reivindicação do sul do Estado é legítima e de grande importância e enfatizou a ideia de descentralização, carro-chefe do governador Luís Henrique da Silveira em sua administração. "Temos todos os elementos necessários para que essa obra aconteça. Mas temos que analisar a questão dos recursos. Acredito que não vai ser difícil, até porque nosso governo tem se notabilizado pelos investimentos, principalmente no que diz respeito à pavimentação asfáltica. Cabe a nós, lideranças, encontrarmos a solução para essa reivindicação", sentenciou.

Ao receber o abaixo-assinado das lideranças presentes à audiência pública, o vice-governador, que também é do sul do Estado, disse que o governo não vai

medir esforços para realizar a obra por tratar-se de um investimento necessário para o desenvolvimento da região. "Gostaria de dar essa boa notícia no mês de julho, quando Treviso comemora seu aniversário de emancipação política. Quem sabe, nessa época, o governador nos leve a ordem de serviço e, no próximo ano, já como governador, eu possa acompanhar o seu andamento e a sua conclusão", complementou Moreira.

Também participaram do encontro o diretor do Deinfra, Romualdo França Júnior, o secretário de Desenvolvimento Regional de Criciúma, Acélio Casagrande, e os presidentes das Câmaras Municipais de Vereadores dos dois municípios e os deputados João Henrique Blasi (PMDB), Afrânio Boppré (PT), Dionei Walter da Silva (PT), Jorginho Mello (PSDB) e Francisco Küster (PSDB).



Deputados Valmir Comin, Serafim e Manoel Mota



Representantes da região e deputados assistiram exposição

Urgente implantação da SC-447

ção

pois a maioria dos municípios beneficiados conta a história dos colonizadores italianos", lembrou.

Joares Ponticelli (PP) também se associou às manifestações de apoio à obra e informou que, em passagem, na semana passada, pelo município de Lauro Müller, sentiu de perto que o pleito da população é muito importante. "Tudo justifica a implantação dessa rodovia e essa deve ser bandeira da Associação dos Municípios da Região Carbonífera, pois o trânsito será descentralizado, comprovando que a idéia levará o desenvolvimento sustentável para todos os municípios, inclusive Criciúma, que será beneficiado com o descongestionamento do trânsito", manifestou-se o deputado José Paulo Serafim (PT).

Altair Guidi (sem partido) também enfatizou que a rodovia da Rota do Desenvolvimento trará muitos benefícios para a região e destacou que muitos governos passaram, assumiram compromissos com a região e deixaram de cumprir. "Esperamos que agora o projeto saia do papel", disse, recebendo a solidariedade de Clésio Salvaro (PSDB). O tucano lembrou que já foram realizadas várias reuniões e espera que esta seja a última para tornar o projeto realidade. "Eu desafio para que aconteça mais um encontro e que seja no local da obra, com a entrega da ordem de serviço pelo governo do Estado", conclamou Julio Garcia. (CA)



7 - ROTA DO DESENVOLVIMENTO
Carbonífera Metropolitana apoia est

Obrigado Julio Garcia e Eduardo Moreira
apoio, asfalto Lauro Müller - Tre



Projeto da obra no Plenário

Transporte coletivo da Grande Florianópolis é discutido na Alesc

Preocupado com a possibilidade de ocorrer uma grande paralisação do transporte coletivo urbano na Grande Florianópolis, seja por conta do reajuste de suas tarifas, discussão da data-base dos salários dos trabalhadores e da disputa de base sindical que está inviabilizando o processo de negociação entre a categoria laboral e os empresários, o deputado Vanio dos Santos (PT) solicitou audiência pública para discutir o assunto. O evento foi promovido pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), na manhã de quarta-feira (4), e contou com a presença dos deputados Reno Caramori (PP) e Dionei Walter da Silva (PT), que integram a Comissão; do presidente do Deter (Departamento de Transportes e Terminais), Flares José Rosar, do secretário de Transportes e Terminais de Florianópolis, Norberto Stroisch Filho, do presidente do Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos de Florianópolis, Valdir Gomes da Silva, e do assessor de negociações do Sintraturb (Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Urbano da Grande Florianópolis), Ricardo Freitas, além de trabalhadores, usuários dos transportes coletivos, secretários municipais e vereadores da região.

"De Brasília, acompanhei as manchetes sobre a cidade, que parou por conta do reajuste da tarifa que foi apresentada aos usuários e que agora está *sub judice*. Hoje, vemos a discussão da data-base, como ocorre todos os anos, mas o que nos surpreende é a disputa da base sindical e que está inviabilizando o processo de negociação entre os patrões e os trabalhadores", assinalou Vanio, lembrando os acontecimentos que paralisaram a capital catarinense no ano passado.

Segundo o parlamentar, o Ministério do Trabalho confirmou na semana passada que a única entidade representativa é o Sintraturb. "Os trabalhadores reclamam dos pagamentos de horas extras, recebendo pressões para desfiliações dos sindicatos, com as empresas forçando a barra. Tudo isso nos levou a ouvir todos os lados para não deixar que o pior aconteça: a cidade parar."

Defesa - Representando as empresas de transportes urbanos da capital, Valdir Silva esclareceu que a entidade



Vanio vai coordenar nova reunião para tentar evitar confrontos e prejuízos

já participou de três reuniões na DRT, juntamente com a categoria laboral, e reivindicaram "tempo" para os trabalhadores. "As tarifas foram suspensas e o processo ainda se encontra *sub judice*. Com isso, as empresas estão com sua situação econômica financeira lamentável e isso vamos poder provar quando o processo transitar em julgado, pois foi feita uma perícia nesses quatro anos que vão apontar os problemas que sofremos. Pedimos um tempo para poder negociar. Precisamos que o assunto seja tratado com bom senso. Os trabalhadores sabem que nunca perderam conosco", observou.

O assessor de negociações do Sintraturb, Ricardo Freitas, fez um relato das reivindicações dos cerca de 4.500 trabalhadores do setor e levantou o questionamento da necessidade de abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar a forma de concessão do transporte coletivo urbano da Grande Florianópolis bem como destacou que o atual sistema penaliza a população, de uma forma que não é integrada e sim, considerada de "baldeação".

Stroisch disse que a prefeitura é mediadora no processo de negociação, e salientou que o compromisso da administração municipal é com os 130 mil usuários do transporte coletivo, enquanto Rosar argumentou que o "Deter é ape-

nas observador nesse processo".

Vanio rechaçou as declarações de empresários do transporte coletivo, de que terão que repassar para as tarifas o impacto decorrente da data-base. "Ao longo dos últimos anos, as passagens sofreram três ou quatro reajustes e estes não foram repassados para os salários", cobra Vanio. (CA)

Reunião

Ao final dos debates, foi definida a realização de reunião, que será coordenada pelo deputado Vanio dos Santos (PT), em nome da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano da Alesc. Serão convidados para o encontro a DRT (Delegacia Regional do Trabalho), o Ministério Público do Trabalho, o Deter, a Prefeitura de Florianópolis, o Sintraturb e os dois sindicatos patronais representantes das empresas da capital e dos demais municípios Grande Florianópolis.

A intenção, segundo o parlamentar, é - com a intermediação da Assembléia - evitar um impasse que culmine com a maior paralisação que já ocorreu no transporte coletivo da cidade. "Primeiro queremos defender o usuário e também fazer com que os patrões não interfiram na organização dos trabalhadores", disse Vanio. (SD)

Regulamentação do ato médico causa polêmica

Com as galerias lotadas de estudantes e representantes de associações e conselhos regionais de profissionais da área da Saúde, os deputados aprovaram moção, subscrita por diversos parlamentares, manifestando posição contrária à aprovação do projeto de lei que regulamenta o ato médico. A moção foi remetida ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), e à senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO), relatora do Projeto de Lei nº 25/02 que irá apresentar um substitutivo global à proposta.

A moção alerta para o fato de que o projeto, como está, fere o exercício da profissão de diversas categorias da área da Saúde e que colide com os fundamentos da política pública nos termos do SUS (Sistema Único de Saúde), por determinar que diagnósticos e tratamentos só poderiam ser feitos por médicos.

Audiência - Na manhã do dia anterior (2), a Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Antônio Aguiar (PFL), realizou audiência pública para discutir o assunto. "Quero salientar que é a única profissão sem regulamentação. Todas as outras estão regulamentadas. Nós só queremos o direito de regulamentar a profissão", ponderou o deputado Aguiar, que é médico.

Todas as notas de repúdio emitidas pelos conselhos e associações presentes, foram encaminhadas ao Senado pela Comissão, atendendo encaminhamento da deputada Ana Paula Lima (PT).

O Projeto de Lei nº 25, apresentado em 2002, pelo médico e então senador catarinense Geraldo Althoff (PFL), trata da regulamentação da profissão médica, objetiva a caracterização legal dos procedimentos médicos e define como atos exclusivos dos médicos o diagnóstico e a prescrição do tratamento das doenças humanas. Tramitando na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, o projeto vem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ, onde teve aprovado substitutivo do relator, também médico, senador Tião Viana. O PL tem provocado divergências entre a medicina e as demais categorias da área de saúde: 12, das 14 profissões, são contra. Profissionais da psicologia, biomedicina, fisioterapia, odontologia, biologia, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia e terapia ocupacional, fonoaudiologia, nutrição, serviço social e técnicos em radiologia são contrários ao PL.



Galerias lotadas com estudantes e profissionais de diversas áreas da Saúde



Deputados Ana Paula e Aguiar, na audiência pública marcada por protestos



Protestos

"É um projeto generalista e simplista. Choca-se com a liberdade de atuação e fere a cidadania", assim o presidente do Conselho Regional de Enfermagem, Luís Scarduelli, classificou o PL, o qual também acusou de pretender o monopólio da saúde por uma área profissional, subestimando as outras.

O presidente interino do Conselho Regional de Fisioterapia salientou que o projeto do ato médico é um desrespeito e restringe as demais profissões de saúde, causando prejuízos como o

impedimento da população quanto à escolha do atendimento profissional. "Compromete a integridade do conceito de saúde empregado pelo SUS (Sistema Único de Saúde). "É um retrocesso das entidades médicas. O projeto caminha na contramão da história."

Também estavam presentes na reunião a Associação Brasileira de Enfermagem, Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Fonoaudiologia, Conselho Regional de Fisioterapia, além de estudantes dos cursos ligados a área de saúde.

Trabalho define 11 audiências públicas

Entre o grande número de projetos apreciados na terça-feira (3) pela Comissão de Trabalho, presidida pelo deputado Afrânio Boppé (PT) e que contou com a presença de todos os parlamentares integrantes, foi aprovada a realização de 11 audiências públicas. A primeira, por solicitação de Boppé, é para novamente discutir a situação do Parque do Rio Vermelho, em Florianópolis, desta vez para ouvir a Cidasc, que é a administradora do local.

Por solicitação do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), uma das audiências irá discutir o Projeto de Lei nº 231/04, de sua autoria, que estabelece a inclusão de um profissional de nível superior com formação em Administração e Segurança de Trânsito, nas repartições públicas e privadas.

As demais audiências, em número de nove, foram solicitadas pela bancada do PT, presidida pelo deputado Paulo Eccel. Os encontros, previstos para acontecerem até o mês de junho, em conjunto com a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, têm como tema água e saneamento. Envolverão os municípios de São Joaquim, Tubarão, Caçador, Chapecó, Imbituba, Balneário Camboriú, Camboriú, Brusque, Joinville e Itapema, com a presença também de representantes da Casan, Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços de Água e Esgoto, prefeitos e presidentes das câmaras municipais. (RMPP)

Discussão

Abertos pelo deputado Antônio Aguiar, os debates da audiência foram iniciados pela deputada Ana Paula que pediu uma posição de consenso que não acarretasse prejuízos para nenhuma das profissões envolvidas. "É uma iniciativa exemplar. Estamos aqui unidos para avançar para a promoção de uma saúde pública de qualidade. Temos que chegar a um entendimento e superar esses objetivos corporativistas", disse a petista. O deputado Afrânio Boppé (PT) emendou seu discurso nas palavras da deputada e afirmou que "não se trata de acirrar os ânimos entre os médicos e demais profissões".

Roberto Luís D'Ávila, diretor do Conselho Regional de Medicina, pediu que a audiência pública não fosse transformada num circo. "Está havendo um mal-entendido. O projeto é óbvio. Quantas profissões existem na área da saúde e quantas são regulamentadas? Apenas a medicina não é. Não queremos ser chefes, nem liderar, só queremos delimitar nossas fronteiras." Para a presidente do Conselho Regional de Medicina, Marta Miller, o momento não é de embate e sim de debate. "O projeto garante que profissionais habilitados exerçam sua profissão. Queremos que as pessoas entendam que estamos discutindo sobre a saúde da população." (MOR/GMP)

Unidades de preservação são contestadas

A criação de três unidades de conservação ecológica – Estação Ecológica da Mata Preta, do Parque Nacional da Araucária e da Área de Preservação Ambiental das Araucárias – no Oeste do Estado, vem sendo condenada por diversos parlamentares nas duas últimas semanas. Na terça-feira, 3, o Plenário aprovou moção, de autoria do deputado Reno Caramori (PP), remetida à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e ao ministro da Casa Civil, José Dirceu, pedindo que o processo seja suspenso até a conclusão e publicação do Inventário Florístico-florestal do Estado. O documento reivindica ainda a realização de audiências públicas envolvendo os governos federal, estadual e municipal, representantes do segmento produtivo, organizações ambientalistas, casas legislativas e sociedade civil, com o objetivo de saber quais as reais implicações geradas pela iminente criação destas unidades.

Antes desta moção, o Plenário já havia aprovado, no dia 27, requerimento da bancada do PFL endereçado ao presidente Lula, à ministra Marina, ao presidente do Ibama, Marcos Barros, e aos deputados e senadores de Santa Catarina, contra a criação das áreas.

Alguns dias antes, audiências promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente e Ibama, nos municípios de Abelardo Luz e Ponte Serrada, para discutir o assunto, foram acompanhadas por deputados.



Caramori quer suspensão



Onofre esteve em Ponte Serrada

Abrangência

De acordo com o líder do PFL, deputado Antônio Ceron, 12 municípios serão prejudicados em áreas que abrangem um total de 445 mil hectares. Conforme Ceron, a diminuição da área territorial para o cultivo agrícola, industrial e pecuário vai prejudicar seriamente as cidades de Ipuacu, São Domingos, Bom Jesus, Ouro Verde, Abelardo Luz, Vargeão, Passos Maia, Água Doce, Macieira, Vargem Bonita, Ponte Serrada e Faxinal dos Guedes, já que as explorações econômicas ficam completamente excluídas na estação ecológica e no parque nacional, e restritas na área de proteção, o que significará o fim da atividade agropecuária e industrial para milhares de famílias rurais.

O deputado Onofre Agostini (PFL), que acompanhou a audiência em Ponte Serrada, classificou de “absurdo” e “desrespeito com Santa Catarina” as mudanças que o governo federal pretende fazer.



Sorgato foi a Abelardo Luz

Mapa

O mapeamento apresentado nas audiências públicas é o resultado do trabalho realizado por uma força-tarefa, coordenada pelo Ministério, em conjunto com mais 16 instituições públicas e organizações ligadas ao meio ambiente, que iniciou-se ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Nele foram identificadas, em 41 mil quilômetros quadrados do Paraná a Santa Catarina, as áreas remanescentes de araucária que foram selecionadas para se transformar em unidades de conservação.

Os deputados Sérgio Godinho (PTB) e Heneus de Nadal (PMDB) também registraram sua contrariedade com o processo. Na audiência em Abelardo Luz, conforme relatou o deputado Gelson Sorgato (PMDB), agricultores e agropecuaristas estão preocupados em perder suas terras, ou simplesmente ficar engessados.

Heneus defendeu que estas pessoas dêem a última palavra. (TK/MAP/DAB)

Senadora garante que não haverá engessamento



Senadora garantiu que não ocorrerão prejuízos

Na segunda-feira (2), a senadora Ideli Salvatti (PT) concedeu entrevista coletiva para esclarecer alguns pontos do projeto que, segundo ela, estão provocando manifestações não condizentes com a realidade.

“Antes mesmo das audiências públicas que ocorreram em Abelardo Luz e Ponte Serrada, já estávamos sabendo dos anseios, não só dos empresários, como dos agricultores que vivem em todas as regiões que farão parte da área de conservação. Percebemos que todos estão mal informados sobre o processo, pois na realidade a maior parte das áreas será apenas observada com mais cuidado e certos plantios, como o de pinus, por exemplo, serão mantidos”, explicou Ideli.

Pela manhã, ela reuniu-se com representantes da Fiesc e das indústrias Irani Papel Celulose, Adami Papel Celulose e Bragagnolo que, conforme ela, serão afetadas de forma diferenciada, pois estão em área de preservação permanente. A senadora garantiu que as desapropriações necessárias não trarão prejuízos aos donos das terras e mesmo nas delimitações de áreas permanentes é possível fazer alguns ajustes junto ao Ministério do Meio Ambiente.

“As atividades produtivas que ocorrem nas áreas de proteção ambiental não sofrerão qualquer interferência, desde que estejam sendo realizadas de acordo com a legislação”, esclareceu, garantindo que o governo não tomará terras e nem “engessar” a economia da região.

Segundo ela, as novas unidades de conservação poderão triplicar a proteção às florestas com araucárias no país. As matas com pinheiro brasileiro chegaram a cobrir 20 milhões de hectares em estados das regiões Sul e Sudeste, mas hoje estão reduzidas a menos de 3% de sua área original. Apenas 0,36% dessa área original está protegido, incluindo regiões com campos nativos.

Os parques e reservas também vão proteger nascentes que abastecem rios e populações. Entre as vantagens que a população terá com a criação das reservas estão a geração de empregos, o controle natural de pragas e do clima, a garantia de água de qualidade e o desenvolvimento do turismo, uma vocação regional. (TK)

CCJ encaminha diligência

O Projeto de Lei nº 104/05, do Executivo, que trata de alteração no PPA (Programa Plurianual 2004/07), no valor de R\$ 700 milhões e abre crédito especial em favor do Fundo Social no valor de R\$ 200 milhões, foi encaminhado a diligência conforme voto vista do deputado Joares Ponticelli (PP), na reunião de terça-feira (3) da Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). Anteriormente, a proposta havia sido relatada pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), que se manifestou favorável, justificando que os referidos valores seriam retirados das rubricas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do exercício finan-

ceiro de 2005, provenientes de doações diversas. Ponticelli solicitou o procedimento para esclarecer os seguintes pontos: a fundamentação legal do projeto de alteração e de abertura de crédito especial; o demonstrativo do excesso de arrecadação e qual a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional que instituiu o código 1.990.09.00 que define doações diversas - discriminação de receita.

A CCJ também aprovou a Medida Provisória nº 116/05, que trata de critérios para a promoção de militares estaduais. Em seu voto favorável, o deputado João Henrique Blasi explica que a medida irá corrigir um problema de fluxo na carreira dos policiais militares, considerando o grande número de oficiais e praças que há

mais de uma década estão em postos iniciais. “O fluxo é um elemento indispensável à qualidade e produtividade em serviço. A dificuldade de promoção causa um forte sentimento de frustração na tropa”, argumenta.

Com a aprovação da MP haverá uma nova modalidade de promoção por tempo máximo de permanência no posto entre oficiais, até tenente-coronel, e na graduação de primeiro, segundo e terceiro-sargento, desde que haja previsão de posto ou graduação ao quadro que pertença. A MP nº 116/05 resultará na promoção imediata de 193 oficiais e 300 praças, apresentando um impacto financeiro mensal de aproximadamente R\$ 120 mil. (SD)

Deputados criticam empréstimos a aposentados

O grande número de propagandas estimulando os aposentados a contraírem empréstimos bancários está chamando a atenção dos parlamentares, como os deputados Odete de Jesus (PL), Gelson Merísio (PFL) e Francisco Küster (PSDB), que trouxe o assunto para o debate há três semanas.

"Mais de 2 milhões de aposentados e pensionistas do INSS estão endividados em cerca de 20 instituições financeiras", informou a deputada Odete. De acordo com ela, o maior número desses empréstimos são para aposentados e pensionistas que recebem até dois salários mínimos. Desse número de 1,7 milhão que contraíram empréstimo, 661 mil recebem mensalmente até um salário mínimo. O valor médio dos empréstimos fica entre R\$ 1.300 e R\$ 1.500.

"Vamos chamar a atenção dos órgãos de defesa do consumidor, das associações de aposentados e pensionistas,



Odete: "Vamos fazer valer o Estatuto"

da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e fazer valer o Estatuto do Idoso", concluiu.

Enganosa - O deputado Gelson Merísio anunciou na sessão de terça-feira (3), que a Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, por ele presidida, está encaminhando denúncia ao Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária), em função da propaganda do Besc (Banco do Estado de Santa Catarina), e outra ao Ministério Público.

Conforme Merísio, cerca de R\$ 5 bilhões já foram emprestados a aposentados, com desconto na folha de pagamento. O que mais preocupa o parlamentar são os juros. O Besc, por exemplo, anuncia, que as taxas são baixas, mas a realidade é outra, segundo o deputado. "Para um empréstimo de R\$ 400 o Banco cobra 10 parcelas de R\$ 58, o que equivale a 40% ao ano, ou 2,8% ao mês. Esse valor não é baixo. O banco está cometendo um crime contra os idosos", concluiu, endossado por Küster. O líder da bancada do PFL, Antônio Ceron, sugeriu o envio de moção ao Ministério Público. (DAB/MAP)



Merísio denuncia propaganda

Obras no aeroporto de Jaguaruna continuam

O deputado Genésio Goulart (PMDB) leu na sessão plenária de quarta-feira (4) relatório enviado pelo secretário de Estado da Infra-estrutura, Mauro Mariani, informando que o prazo de conclusão das obras do aeroporto de Jaguaruna, se depender do governo do Estado, está mantido para o dia 30 de junho. Segundo Goulart, a expectativa do secretário está baseada no relatório encaminhado pela Diretoria de Transportes Aeroviários.

"O governador Luiz Henrique da Silveira pagou as parcelas atrasadas, reto-



Genésio garante que prazo está mantido

mou as obras e reuniu-se com a ACIT (Associação Comercial e Industrial de Tubarão). O ex-secretário, Edinho Bez, determinou agilidade na execução do projeto e manteve o cro-

nograma em dia. O atual secretário deu continuidade, além de determinar que a obra fosse uma das prioridades".

Goulart informou que a pavimentação da pista está prevista para os próximos dias.

Entretanto, o líder do PP, deputado Joares Ponticelli, alertou que o cronograma não poderá ser cumprido. "Todos têm conhecimento do empenho para que essa obra tivesse andamento. A inauguração da pista está marcada para o próximo mês, mas agora que eles começaram a fazer a drenagem, portanto, levará ainda uns três meses para ser feito o asfaltamento." (DAB)

Requerimentos

Em 13/04

- A bancada do PP solicitou melhorias na SC-438, trecho Urupema-Rio Rufino, em expediente remetido ao governador do Estado.

- A deputada Ana Paula Lima (PT) requereu à Secretaria da Infra-Estrutura melhorias na rodovia SC-426, em Trombudo Central, e ao superintendente do DNIT solicitou a reconstrução do trevo principal da cidade e instalação de lombadas eletrônicas.

- De autoria do deputado Antônio Aguiar (PFL), foram remetidos expedientes ao Ministério dos Transportes e ao coordenador da 16ª UNIT/DNIT, solicitando melhorias na BR-280 no trecho que liga a BR-101 ao Porto de São Francisco do Sul.

- O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, solicitou ao governador e ao secretário da Infra-estrutura, melhorias na SC-439, trecho entre Urupema e Rio Rufino.

Em 18/04

- Ao prefeito de Florianópolis, o deputado Cesar Souza (PFL) pediu a restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, na capital.

- Em expediente remetido ao coordenador da 16ª UNIT/DNIT, o deputado Onofre Agostini (PFL) solicitou a instalação de lombadas eletrônicas na BR-116, em Correia Pinto. Também por seu requerimento, a Assembléia remeteu expedientes ao presidente da República, ao ministro dos Transportes, aos deputados federais e senadores catarinenses, ao governador do Estado e ao coordenador da 16ª UNIT/DNIT, solicitando a construção na BR-116 de uma rotatória junto ao trevo de acesso ao município de Papanduva.

Em 19/04

- O deputado Herneus de Nadal (PMDB) pediu a constituição de Fórum Permanente de discussão sobre a Reforma Sindical e o encerramento do Fórum Permanente de discussão sobre a Medida Provisória nº 232/04.

- O deputado Djalma Berger (PSDB) e outros solicitaram a apreciação pelo Plenário do parecer proferido pela Comissão de Justiça que determinou o arquivamento do Projeto de Lei nº 457/04, que concede desconto de 20% no pagamento do IPVA aos proprietários de veículos que fizerem a conversão para o biocombustível, objetivando a utilização de gás natural.

- Expediente de autoria da bancada do PP foi remetido ao cônsul geral da Itália, em Curitiba, e ao embaixador da Itália no Brasil, em Brasília, solicitando a criação de uma Agência Consular em São Miguel do Oeste.

Em 20/04

- De autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), a Assembléia remeteu expediente aos secretários do Desenvolvimento Regional de Xanxerê e da Infra-estrutura, solicitando a pavimentação da SC 451, trecho entre Ouro Verde a Rodovia SC 467.

Em 26/04

- Requerimento de autoria do deputado Gelson Sorgato (PMDB), pedindo melhorias na BR-282, trecho entre o município de Ponte Serrada e o trevo de Chapecó, e no acesso ao município de Cordilheira Alta, foi remetido ao coordenador geral da 16ª UNIT/DNIT.

- Ao secretário da Saúde e ao diretor geral do Hospital Florianópolis, o deputado Paulo Eccel (PT) requereu a manutenção dos leitos hospitalares e a contratação de profissionais de enfermagem.

- A Assembléia remeteu expediente ao ministro da Previdência Social, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), solicitando o remanejamento ou a contratação de servidores para a agência do INSS, em Blumenau.

- Ao secretário da Infra-estrutura e ao secretário da Saúde, de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT), foram enviados expedientes solicitando, respectivamente, melhorias na rodovia SC-474 e liberação de recursos ao Hospital São Benedito, de Benedito Novo.

Projeto cria Prêmio de Jornalismo do Legislativo

Com premiação total de R\$ 20 mil, divididos em quatro categorias, foi protocolado no último dia 27 o Projeto de Resolução nº 6/05, que cria o Prêmio Assembléia Legislativa de Santa Catarina de Jornalismo. A iniciativa da deputada Ana Paula Lima (PT) tem um formato inédito, pois sugere como tema permanente a inscrição de reportagens que abordem a legislação catarinense sobre questões relacionadas à discussão, elaboração, alteração, descumprimento ou aplicação de qualquer lei de âmbito estadual.



Ana quer valorizar o bom jornalismo

De acordo com a deputada, que ao apresentar a proposta fez um apelo da tribuna pedindo apoio aos parlamentares sua aprovação, a iniciativa ob-

jetiva "valorizar a prática do bom jornalismo para a construção de uma sociedade mais justa", bem como "a promoção da cidadania, pois atra-

vés do acesso à informação sobre a legislação a sociedade pode exercer direitos e deveres e ainda o papel de fiscalizadora quanto à aplicação das normas legais".

Outro argumento da parlamentar na justificativa do projeto é que com o Prêmio de Jornalismo a Assembléia estará prestando uma homenagem aos profissionais que atuam no Estado, pelo transcurso do Dia do

Jornalista, em 7 de abril, e também reconhecendo a importância da organização da classe, que em 13 de maio comemora o cinquentenário

de instalação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina.

O regulamento baseia-se nas regras do Prêmio Esso de Jornalismo, o de maior prestígio do Brasil. Será de periodicidade anual e o valor da premiação foi equiparado ao do Prêmio Fiesc de Jornalismo, que é um dos mais tradicionais do Estado.

De acordo com a proposta da deputada Ana Paula, o Prêmio terá as categorias de Jornalismo Impresso, Fotografia, Radiojornalismo e Telejornalismo, cujos vencedores receberão R\$ 3 mil cada um. Além disso, cada categoria terá três finalistas, e entre esses os dois que não forem vencedores receberão R\$ 1 mil cada um. (UW)

DOS GABINETES

Título

O primeiro projeto de lei apresentado pelo deputado estadual Vanio dos Santos (PT) na Assembléia Legislativa reconhece o município de Gravatal como a Capital Catarinense das Águas Hidrominerais.

"A minha intenção, com este projeto é chamar a atenção para um dos potenciais da cidade e de toda uma região já que, se for concedido o título que propusemos, vai divulgar ainda mais um dos atrativos turísticos da Região Sul, com conseqüente desenvolvimento da economia", explicou Vanio. O projeto também foi assinado pelo deputado Manoel Mota (PMDB). (LM)

Pedágio

Acatando pedido dos vereadores da Câmara de Correia Pinto, o líder do PFL no Legislativo, deputado Antônio Ceron, encaminhou indicação (aprovada em Plenário) aos governos Federal e Estadual, solicitando que não seja implantado um posto de pedágio na BR-116, trecho Lages/Correia Pinto/Ponte Alta.

De acordo com Ceron, "o fato gerador para a implantação de um pedágio é inexistente, uma vez que a recuperação asfáltica já foi efetuada". Além disso, o parlamentar informa que "a efetiva implantação desse posto apenas irá onerar a população, dificultando a economia e todo o setor produtivo daquela região". (Liderança do PFL)

Onofre convida para a Expocentro 2005

O deputado Onofre Agostini (PFL) convidou a todos, na sessão plenária de quarta-feira (4), para visitar a Expocentro, 2005, festa realizada em Curitiba e que começou no dia 5, estendendo-se até domingo (8). "A Expocentro mostra todo o potencial da nossa região", assinalou.

Integram a promoção a XV Feira da Indústria, Comércio e Artesanato, a XV Exposição de Equinos de Galpão, a XV Exposição de Bovinos a Galpão, a XV Exposição de Ovinos a Galpão, a XXXII Feira do Terneiro, a XXXIII Feira da Terneira, a XXXIV Feira de Reprodutores Bovinos, a XXXVII Feira do Gado Geral e a Feira de Máquinas Usadas. A Expocentro também sedia a abertura do Campeonato Catarinense de Supercross. (MAP)

Fronteira do Mercosul terá universidade

Dentro do plano de expansão das universidades federais que está sendo implementado pelo governo federal, está prevista a instalação de uma universidade federal na mesorregião da grande fronteira do Mercosul, que abrange as regiões sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul, abarcando 415 municípios com uma população estimada em 4 milhões de habitantes. O anúncio foi feito pelo deputado Pedro Baldissera (PT) em discurso da tribuna na tarde de quarta-feira (4).

"É uma região importante e dentro desse projeto uma instituição federal de ensino superior, público e gratuito será instalada na mesorregião da grande fronteira do Mercosul. Isso beneficiará estudantes de três estados", afirmou Baldissera, que apresentou moção que apóia e, ao mesmo tempo, exige agilidade para que isso aconteça. O parlamentar mencionou que Santa Catarina situa-se entre os cinco estados que apresentam os menores índices de estudantes matriculados por instituições públicas de ensino superior, junto com São Paulo, Espírito Santo, Maranhão e Bahia.

Bolsas - Pedro Baldissera também informou que a Unoesc (Universidade do Oeste do Estado), decidiu conceder bolsas de estudo aos estudantes cujas famílias foram atingidas pela estiagem. Cerca de 30% dos estudantes de ensino superior naquela região estão inadimplentes,



Baldissera anuncia universidade

a maior parte deles em decorrência dos prejuízos da seca. O parlamentar havia remetido indicação, aprovada em Plenário, ao governo pedindo bolsas para os estudantes. A resposta da secretaria da Educação foi negativa, não pela falta de recursos, mas porque, de acordo com a Lei Complementar nº 281/05, somente as bolsas de estudo do Artigo 170 da Constituição Estadual podem ser concedidas. "Isso significa que nada pode ser feito. Mas, graças a Deus, nosso pedido foi ouvido lá no Extremo-oeste do Estado, com a decisão da Unoesc de conceder uma bolsa emergencial aos estudantes atingidos pela seca. Quero agradecer ao vice-reitor, Vitor Dagostin, que permitiu que esses alunos pudessem continuar seus estudos", concluiu. (GMP)

Homenagem

O deputado Paulo Eccel (PT) lembrou na sessão de quinta-feira (5) a comemoração do Dia do Taquígrafo, homenageando esses importantes funcionários da Assembléia Legislativa e enfatizando que são "os anjos da guarda dos parlamentares". Ele lembrou ainda de homenagear as mulheres pelo Dia das Mães. Também o deputado Joares Ponticelli, líder do PP, parabenizou as mães e os taquígrafos da Casa, enfatizando o papel importante que prestam para a história, deixando registrado o que aqui fizeram os representantes do povo. (CA/MOR)

Ponticelli pede aprovação de Plano

Em discurso da tribuna na tarde de quarta-feira (4), o deputado Joares Ponticelli, líder do PP, pediu a aprovação do seu projeto de lei que propõe o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro no máximo até julho. O projeto foi apresentado em junho de 2003. A Constituição Federal de 1988 prevê que cada Estado tenha plano próprio e até hoje Santa Catarina não tem o seu. O Plano de Gerenciamento Costeiro estabelece toda a política de desenvolvimento e preservação do litoral.

Santa Catarina tem 36 municípios banhados pelo Oceano Atlântico, onde vivem 40% da população do Estado. "São quase 550 quilômetros de costa", informou o parlamentar. Ele lembrou que foram realizadas, em 2003 e 2004, audiências públicas em São Francisco do Sul, Itajaí, Laguna e Araranguá para discutir o Plano com a sociedade. No dia 31 de maio será realizada a última audiência, em Florianópolis. "Depois disso, o projeto vai tramitar nas comissões permanentes da Casa e espero que seja votado ainda neste semestre," disse. O presidente da Assembléia Legislativa, Julio Garcia (PFL) pediu prioridade na tramitação da matéria. (MAP)

Efluentes químicos

Fatma tem 30 dias para averiguar mau cheiro em Brusque

Tatiana Kinoshita

A Fatma (Fundação do Meio Ambiente) – órgão estadual de fiscalização ambiental -, foi incumbida de realizar um estudo, nos próximos 30 dias, para investigar se e quais empresas estariam jogando, diretamente no rio Itajaí-mirim, dejetos químicos sem tratamento adequado, provocando mau cheiro em diversos bairros de Brusque. O encaminhamento é resultado de audiência pública solicitada pelo deputado Paulo Eccel (PT) e realizada naquela cidade, na noite do dia 28, pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PT). “Todas as empresas terão que ser inspecionadas, incluindo a Anglian Water – responsável pelo tratamento de efluentes químicos. Com o resultado em mãos, a Fatma, junto com a Fundação Municipal do Meio Ambiente e, se necessário, o Ibama, terão que apresentar

as medidas que deverão ser tomadas para sanar o problema. Mas é primordial que a população continue em cima, reclamando e fiscalizando”, explicou Eccel.

Dezenas de moradores compareceram ao salão paroquial da igreja do bairro Steffen, em Brusque, para discutir uma solução ao mau cheiro que está afetando vários bairros. Eles reivindicaram a construção de uma ETEI (Estação de Tratamento de Efluentes Industriais). Na mesa, além dos parlamentares, a vice-presidente do Conselho Comunitário do Bairro Steffens, Norma Duarte, o vereador Marcos Bernhardt, o gerente da Fatma, Júlio César Coelho, o representante da Secretaria Regional de Brusque, Marco Aurélio Habitzte, o engenheiro da Anglian Water Brusque, Clóvis Helebrando, o representante do Ibama, Luiz Ernesto Trein, e o presidente da Fundação do Meio Ambiente de Brusque, Jorge Luiz Bonaente.

Conforme relatou na abertura do evento, Eccel foi procurado pelo Conselho Comunitário do bairro,



Moradores de diversos bairros exigem solução para a poluição

Steffens, que pediu ajuda à Assembleia Legislativa. “A população dos bairros Steffen, Santa Terezinha, São Luiz, Jardim Maluche, Guarani e Zuntão têm sofrido constantemente com o mau cheiro. Precisamos encontrar uma alternativa para a resolução do problema, já que a quantidade de produtos químicos jogados no rio Itajaí-mirim está fazendo com que ele prejudique o município”, afirmou e cobrou fiscalização efetiva dos órgãos públicos ambientais. “A Fatma, em conjunto com a Fundação Municipal do Meio Ambiente, terão que trabalhar juntas para encontrar uma solução para a população”, concluiu.

Ao pedir solução, alguns moradores se prontificaram a ajudar os órgãos de fiscalização na tarefa. “O que não pode é a população continuar sofrendo com o mau cheiro sem nenhum solução”, afirmou Wlamir Ludwig.

Inocente

Coube ao engenheiro responsável pela Anglian Water, Clóvis Helebrando, convencer a população presente de que a culpa do mau cheiro não é de sua empresa, e sim de indústrias locais, as quais ele não quis citar os nomes, que não tratam seus dejetos químicos como deveriam. “Nós somos pagos para trabalhar em prol do rio Itajaí-mirim. O que ocorre é que tratar o lixo químico custa caro e muitas indústrias acabam não arcando com esta despesa, preferindo jogar os seus dejetos no rio, na calada da noite ou final de semana”, denunciou. “Não podemos ser acusados de provocar o mau cheiro nesses bairros, pois usamos tecnologia de ponta no tratamento dos dejetos, como gás carbônico”, exemplificou. O presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, Jorge Luiz Bonaente, endossou a defesa de Helebrando, afirmando que em “visita à Anglian Water não constatou nada de errado.

Para o gerente do Ibama, Luiz Ernesto Trein, Santa Catarina tem todos os mecanismos para resolver o problema sozinha, sem a intervenção do Instituto federal. “É para isso que existem órgãos municipais e estaduais que cuidam da fiscalização ambiental. O Ibama pode participar apenas como um colaborador, quando necessário, e só através da cobrança do poder público em conjunto com a comunidade esse tipo de problema será resolvido”, enfatizou.

A Fatma, segundo seu gerente local, Julio César Coelho, está passando por dificuldades operacionais. “Temos cinco profissionais para atender a 50 municípios desta região. É impossível darmos conta”, argumentou.



Indústrias estariam despejando dejetos sem tratamento direto no rio Itajaí-mirim

Dejetos

Norma Duarte fez questão de salientar que a comunidade do bairro Steffens não tem nada contra a empresa Anglian Water, responsável pelo tratamento dos dejetos químicos de várias indústrias do município de Brusque. “Só queremos que a Anglian Water leve a sério o nosso manifesto, entenda que temos um problema e nos apresente uma solução, já que o mau cheiro vindo do tratamento desses dejetos químicos está

afetando a vida de centenas de pessoas”, afirmou.

O representante da Câmara de Vereadores, Marcos Bernhardt, argumentou que sua maior preocupação é com a inalação constante desses gases soltos no ar, que além do mau cheiro que causam podem, com o passar do tempo, prejudicar a saúde dos moradores locais.

Godinho lembrou que Santa Catarina também sofre com a

falta de tratamento de esgoto, sendo o segundo pior Estado do Brasil na questão de tratamento de dejetos domésticos. “Brusque não é o único município que sofre com o problema. Santa Catarina só perde para o Piauí em saneamento básico e sabemos que isso influencia no meio ambiente, tanto quanto dejetos químicos”, informou o parlamentar, em uma tentativa de acalmar os ânimos das comunidades que participavam do evento.